

Planejamento econômico na Guerra Fria: A economia soviética no período 1953-1989*

Economic Planning in the Cold War: The Soviet Economy in the Period 1953-1989

Pedro Henrique Evangelista Duarte e
Felipe Miguel Savegnago Martins**

Resumo: A formalização do modelo de planejamento econômico soviético, iniciado após a Guerra Civil Russa, em 1921, com a Nova Política Econômica de Lênin e os Planos Quinquenais de Stálin, foi responsável por transformar o bloco soviético de uma região com fortes características feudais, no início do século XX, em uma potência hegemônica internacional, após a Segunda Guerra Mundial. A partir desses elementos históricos, o presente artigo tem por objetivo analisar o planejamento econômico soviético no período pós-stalinista, percorrendo os governos de Nikita Krushev, Leonid Brejnev e Mikhail Gorbachev. Dessa análise, pretende-se compreender as diferenças entre o planejamento econômico nos distintos governos e como as decisões da política econômica contribuíram para o desmembramento do bloco soviético, no início da década de 1990.

Palavras-chave: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Planejamento econômico. Nikita Krushev. Leonid Brejnev. Mikhail Gorbachev.

Abstract: The organization of the Soviet economic planning model, which began after the 1921s Russian Civil War, with Lenin's New Economic Policy and Stalin's Five-Year Plans, was responsible for changing the Soviet

* Submissão: 27/11/2023 | Aprovação: 08/07/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i2.955

** Respectivamente: (1) Professor adjunto da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (FACE-UFG), Brasil | ORCID: 0000-0002-2169-4617 | E-mail: pheduarte@ufg.br | (2) Discente do Programa de Pós-Graduação em Teoria Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp), Brasil | ORCID: 0000-0003-0163-4403 | E-mail: felipe.martins.unicamp@gmail.com



bloc from a feudal region in the early days of the twentieth century to an international hegemonic power after the II World War. Considering these historical aspects, this paper aims to analyse Soviet economic planning in the post-Stalinist period, going through the governments of Nikita Krushev, Leonid Brejnev and Mikhail Gorbachev. From this analysis, we intend to understand the differences between economic planning into those different governments, and how their economic policy decisions contribute to the break-up of the Soviet bloc in the early 1990s.

Keywords: Union of Soviet Socialist Republics (USSR). Economic planning. Nikita Krushev. Leonid Brejnev. Mikhail Gorbachev.

JEL: N14. N44. N64. P20. P30.

Introdução

É indiscutível a afirmação de que a experiência histórica da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) inaugurou uma série de debates acerca do planejamento como mecanismo para o desenvolvimento econômico e social. Ainda que não tenha sido a primeira experiência de organização da atividade econômica orientada pelo Estado, é inegável dizer que o formato implementado pela União Soviética e os resultados alcançados não apenas abriram um novo campo da teoria econômica, mas também serviram como modelo para outras revoluções de cunho socialista que vieram a acontecer no mundo ao longo do século XX.

Do ponto de vista teórico, o planejamento é um modelo para a ação estatal, com a organização do sistema econômico a partir da suposição de que ele pode ser controlado e guiado em direções e fins desejados, a partir da utilização de modelos que são capazes de prever a realidade concreta. De forma que a atuação sobre a economia só é possível porque se conhecem as regras que a orientam e há uma explicação para o seu funcionamento (Lafer, 1970).

Importa, ademais, considerar os diferentes níveis assumidos pela planificação, se realizada em economias capitalistas ou socialistas. Para Bettlheim (1968), a planificação, entendida como um modo de funcionamento de uma sociedade, e não apenas como um conjunto de técnicas, só pode existir em economias socialistas. Nestas, os trabalhadores são proprietários coletivos dos meios de produção, de modo que não haveria mais os mercados de trabalho e de capitais. Por isso, estariam em suas mãos as condições de desenvolvimento da sociedade. Tais condições seriam incorporadas exatamente pela planificação – cujo objetivo é o alcance do bem-estar social –, a responsável pela determinação dos mecanismos de funcionamento da economia. Assim,

[...] a planificação socialista é uma atividade coletiva por meio da qual os trabalhadores de um país socialista determinam, por um lado, de modo coordenado, levando em consideração as leis econômicas objetivas assim como as propriedades do desenvolvimento social, os alvos a atingir no domínio da produção e do consumo e asseguram, por outro lado, a realização dos seus objetivos em condições de julgadas como sendo melhores. (Bettelheim, 1968, p. 13)

As economias capitalistas, por sua vez, seriam economias de mercado, aquelas cujas decisões econômicas finais e reais são tomadas pelos agentes econômicos individuais em função de seus interesses particulares. Nessa forma de organização social, haveria apenas uma “planificação indicativa”, tratada de forma técnica e, portanto, incapaz de mudar de forma estrutural o funcionamento do sistema – leia-se, as condições de reprodução, distribuição e apropriação do capital. Seria, por isso, a implementação de técnicas cujo fundamento é ampliar as possibilidades de valorização do capital, e não de alteração das estruturas sociais.

Nesse sentido, ademais de sua importância como experiência histórica e das supracitadas diferenciações, a planificação econômica não é, organicamente, uma característica unívoca das economias em experiência socialista. Concretamente, ao longo da história, a planificação foi utilizada também em países capitalistas. No caso das economias centrais, experiências de planejamento econômico puderam ser verificadas ao longo das duas Grandes Guerras Mundiais. O mesmo se aplica para o caso dos Estados Unidos, durante a formulação de políticas para combater os efeitos da crise de 1929 – o *New Deal* – e também no caso da Alemanha nazista. Entendimento similar vale para o caso das economias periféricas latino-americanas, que se utilizaram dos instrumentos da planificação durante seus respectivos processos de industrialização.¹ No mesmo sentido, há diferenciações na aplicação do planejamento econômico quando consideramos as particularidades das economias centrais/desenvolvidas e periféricas/subdesenvolvidas (Lange, 1988).

De toda forma, independente de tais especificidades, é aspecto imprescindível da análise do planejamento econômico um olhar atento sobre a história soviética e sua experiência pioneira de planificação socialista, cuja característica central é a imposição de um sistema de políticas de tal modo que os objetivos do desenvolvimento econômico são democraticamente decididos. Não por outra razão que, de modo sistemático e englobando a economia por inteiro, as experiências de intervenção estatal na atividade econômica só tiveram início na União Soviética, motivo pelo qual ficaram reconhecidas como “planejamento do tipo soviético” as formas de atuação do Estado sobre as políticas econômicas e sociais. Para Miglioli (1982), esse sistema basicamente era caracterizado pelo voluntarismo, pelo cen-

¹ Para debate mais aprofundado sobre o tema, ver Mazzucchelli (2009) e Bielschowsky (2000).

tralismo, pela complexidade e rigidez e pelo autoritarismo, e era organizado em torno de planos de longo prazo – responsáveis pela definição dos principais objetivos a serem alcançados, bem como a avaliação dos recursos disponíveis e seu melhor aproveitamento para atingir os objetivos propostos –, e planos de médio e curto prazo – responsáveis pela execução prática e definição de metas específicas.

Tal como apontam Cockshott e Cottrell (1993), historicamente o primeiro objetivo do planejamento nas economias socialistas foi a promoção de um programa de industrialização radical, como meio de alcançar segurança social e infraestrutura econômica capaz de suportar níveis crescentes de provisão social e consumo individual. E foi exatamente esse o caso da União Soviética, bem-sucedida na conversão de uma economia com fortes características feudais, em princípios do século XX, para uma potência hegemônica internacional, menos de cinquenta anos depois. Esse redirecionamento, segundo Pomeranz (2023), era necessário para a consolidação de um sistema político e econômico diante de uma inédita experiência que, ao longo da década de 1920, deu-se em três etapas,² transcorrendo após a Revolução de Outubro de 1917, a Guerra Civil, até a elaboração Nova Política Econômica implementada por Lênin, entre 1921 e 1928. No entanto, o planejamento soviético só é consolidado com Planos Quinquenais efetivados durante o período stalinista, quando a União Soviética é alçada ao posto de potência internacional, disputando territórios, zonas de influência e ideologias político-sociais com os Estados Unidos. Na década de 1950, já ficaria claro que, apesar dos efeitos deletérios da guerra, a União Soviética tornara-se a segunda potência industrial e militar do planeta, posição alcançada devido à rápida recuperação econômica e ao aumento de sua influência política, que eram vistos pelos governantes capitalistas como ameaças (Rodrigues, 2006).

A partir desse debate, o presente trabalho irá analisar os aspectos do planejamento econômico implementados no período pós-stalinista,³ ou seja, desde princípios dos anos 1950 até a derrocada do bloco soviético,

² De acordo com Suny (1998), as três etapas se deram entre outubro de 1917 e julho de 1918, quando os bolcheviques tentaram consolidar o poder político conquistado com a revolução; entre julho de 1918 e março de 1921, com o Comunismo de Guerra; e a partir de março de 1921, com a implementação da NEP.

³ Para o debate sobre o planejamento econômico durante o governo Stálin, ver Duarte e Martins (2022).

no início dos anos 1990. O objetivo é apontar as principais características do planejamento econômico nos três governos que se sucederam nesse período – Nikita Krushev, Leonid Brejnev e Mikhail Gorbachev –, percebendo suas principais diferenças e as alterações na própria concepção do planejamento. Ao observar esses elementos, será possível não apenas perceber os descaminhos da política econômica soviética ao longo da segunda metade do século XX, mas também como os resultados dessas diferentes políticas, em certo sentido, contribuíram para a crise soviética e o conseqüente desmembramento do bloco.

1. O governo Nikita Krushev

Durante o período 1953-1964, Nikita Krushev ficou à frente do comando do bloco soviético. Esse foi o período no qual a economia demonstrou o melhor desempenho e o mais rápido crescimento na sua história, com a União Soviética compondo o grupo de países com maiores taxas de crescimento no mundo. Ao longo da década de 1950, as taxas de crescimento da renda nacional e do investimento total foram, respectivamente, 10,2% e 10,8%. Formalmente, apenas Japão e União Soviética cresciam em comparação com os Estados Unidos, reduzindo seu atraso econômico em relação à potência capitalista (Mikhailova, 2011). Mesmo assim, Krushev foi o líder de um governo bastante controverso, com a promoção de relevantes alterações na estrutura do planejamento, a partir das três principais frentes de atuação do novo governo: na política, na economia e nas relações externas.

Na esfera política, a principal alteração ocorreu na restrição da máquina partidária. Com o intuito de reduzir a centralização das decisões na cúpula do Partido Comunista – característica do período stalinista –, o número de comitês distritais passou de 3.500 para 1.500, permitindo uma gradual difusão do poder dentro do partido, com o aumento da representação dos distintos setores partidários nas esferas decisórias (Reis Filho, 1983; 2003). Foi nesse novo contexto que, em 1956, durante o XX Congresso do Partido Comunista, Krushev passou a fazer duras críticas ao stalinismo, propondo um processo de “desestalinização” da sociedade soviética – iniciando um período redução das perseguições políticas, da extradição de dirigentes e opositores políticos, anistia para presos com

penas menores que cinco anos e o esvaziamento dos *gulags*, que eram campos de concentração de trabalho forçado.

No campo econômico, a desburocratização foi algo elementar para que reformas de planejamento fossem concretizadas, já que “[...] outro aspecto de bloqueio ao desenvolvimento soviético [...] foi a enorme e exagerada burocratização que o governo de comando centralizado engendrou (...)” (Hobsbawm, 1994, p. 298). Dessa maneira, o Partido Comunista, em cada região das repúblicas soviéticas, passou a ser dividido em duas secretarias: uma relacionada à indústria e a outra à agricultura. Não obstante, as próprias repúblicas ganharam mais autonomia no que tange às políticas econômicas. No mesmo sentido, o governo soviético criou 105 Conselhos Nacionais de Economia (*Sovnarkhozes*), distribuídos entre as repúblicas e que chegaram a controlar 75% da produção industrial soviética, explicitando ainda mais a tendência descentralizadora de Krushev (Reis Filho, 1983). Desse modo, mesmo não excluindo a relevância do planejamento central, as repúblicas passaram a gozar de maior liberdade no tocante à produção e formulação de planos econômicos, tanto nas fábricas quanto nas áreas agrícolas.

No entanto, se havia relativa progressão na produção da indústria pesada, o mesmo não poderia ser dito em relação à agricultura e ao setor de bens de consumo duráveis. Por essa razão, foram introduzidas políticas específicas para esses setores, no intuito de equacionar o desequilíbrio setorial que caracterizava a economia soviética. Na agricultura, o governo elevou os preços dos produtos e diminuiu os tributos, além de conceder antecipações salariais aos camponeses, como mecanismo para reestimular a produção nas cooperativas (Reis Filho, 1983) – o que se fazia necessário na medida em que os preços de venda estabelecidos pelo Estado, por muitas vezes, não supriam os custos de produção. Para além disso, a política de elevação dos preços contribuía também para a promoção da modernização do aparato produtivo e para o aumento do nível de rendimentos dos assalariados agrícolas das cooperativas, criando importantes incentivos para a superação dos entraves à expansão do setor primário da economia.

Mesmo assim, o setor primário não crescia na mesma velocidade que a da indústria pesada.

Para uma base igual a 100, relativa a 1953, teremos em 1964 os seguintes índices – aço:223; carvão: 173; petróleo: 422; eletricidade: 342. A indústria leve continuava em plano secundário. Tecidos de algodão: 109; de lã: 145; calçados: 181; habitação: 126. A produção de eletrodomésticos e de bens de consumo durável era altamente insatisfatória em relação à demanda. A agricultura crescia lentamente. Utilizando as mesmas referências acima, temos os seguintes índices – bovinos: 155; porcos: 152. ovinos: 132. A produção de cereais permanecia preocupante: o índice em 1964 era igual a 146, mas em 1963 caíra a 107, obrigando a URSS a recorrer a compras maciças de cereais no exterior e a promover o racionamento do pão, abolido desde 1947. (Reis Filho, 1983, p. 72)

Ademais, a exploração de terras virgens não estava gerando resultados convincentes por conta de dificuldades como a queda da produtividade agrícola e o mau uso da mecanização no campo (Hobsbawm, 1994). Como pode ser observado pelos dados da Tabela 1, entre 1956 e 1961 houve redução da área de cultivo em 300 mil hectares, ao passo que a produção total de cereais caiu mais de 9 milhões toneladas. Informações apresentadas pelo Instituto para o Estudo da União Soviética (1964) indicam que as consequências da exploração de terras virgens no Cazaquistão também foram causadas pela má gestão estatal – muito provavelmente pela nova formação, em cada república, de duas secretarias, que pode ter acarretado confusões no que se refere ao novo tipo de planejamento econômico descentralizado – e por fatores exógenos, tais como desastres naturais, frio rigoroso e chuva.

A partir dos dados apresentados em seguida, ficam explícitos os obstáculos soviéticos no tocante à alavancagem do setor primário. A produção de cereais em 1961 correspondia a somente 61,3% de 1956, assim como a produção de quilogramas por hectares representava cerca de 62%. Dessa forma, a saída da União Soviética era buscar alimentos fora do bloco, acarretando a transição de um país exportador para importador de bens primários, a partir dos anos 1960 (Franciscon, 2013). A partir da década de 1970, o atendimento de um quarto de suas necessidades de grãos dependia do mercado externo (Hobsbawm, 1994).

Tabela 1 – Cultivo de cereais na República Soviética do Cazaquistão

	1956	1958	1960	1961
Área de cultivo	22.500.000	23.200.000	22.100.000	22.200.000
Produção total de cereais	23.800.000	22.000.000	18.800.000	14.600.000
Compras de cereais do Estado	16.100.000	14.800.000	10.500.000	7.800.000
Produção	1060	940	850	660

Nota: Área de cultivo em hectares; produção de cereais e compra de cereais pelo Estado em toneladas; produção em quilogramas por hectare.

Fonte: Instituto para o Estudo da União Soviética (1964).

Adicionalmente, mesmo com a política de elevação dos preços dos produtos agrícolas, o Estado soviético não conseguia superar o desestímulo dos assalariados das fazendas cooperativas e estatais. Isso porque as vendas compulsórias dos produtos agrícolas ainda eram entraves primordiais ao desenvolvimento da agricultura soviética no sistema de fazendas implementado a partir da coletivização forçada, fazendo com que o custo médio da produção de diversos bens fosse maior que o preço de venda médio ao Estado.

No que tange ao conjunto da indústria, as preocupações estavam centradas na indústria de bens de consumo duráveis, já que, com o estopim da Guerra Fria, a indústria pesada evoluía a passos largos. O ponto é que a conjunta histórica de disputa com os Estados Unidos fez com que fossem mantidas as prioridades à indústria pesada, especialmente no que diz respeito à corrida espacial. Assim, o excesso de recursos empreendidos na indústria pesada tinha reflexos diretos na intensificação do desequilíbrio entre os setores produtivos no bloco.

O que se pode apontar é que a continuidade do descompasso entre os setores econômicos soviéticos era reflexo direto dos problemas em torno do planejamento econômico, especialmente aqueles advindos a partir da década de 1950. O sexto Plano Quinquenal, que deveria ser implementado entre 1956 e 1960, acabou sendo abortado e, em sua substituição, foram implementados planos anuais até 1958. A partir de 1959, optou-se por um novo tipo de planejamento, a ser implementado ao longo de sete anos – fundado na justificativa de que as metas estipuladas eram impossíveis de serem alcançadas no prazo anterior. No entanto, já em 1962, o modelo clássico de planos quinquenais foi novamente adotado.

Assim, o que se percebe é uma tentativa de repensar o modelo vigente de planejamento econômico, que conseguisse não apenas garantir a continuidade da expansão econômica soviética e o reequilíbrio dos seus setores econômicos – reduzindo, assim, a dependência da importação de produtos primários – mas também reorganizar o aparato técnico-produtivo para o atendimento das demandas criadas pela Guerra Fria. É dentro dessa lógica que se estrutura o projeto de desburocratização da economia, numa clara intencionalidade de que a maior autonomia das repúblicas poderia ampliar a eficiência da utilização dos recursos públicos, ainda que o modelo descentralizador apresentasse limites. Por isso, apesar dos esforços, havia incertezas e mudanças constantes das metas e mecanismos impostos, por conta da falta de conhecimento da realidade objetiva dos setores econômicos e de suas necessidades.

O ponto central é que parecia não haver, claramente, uma definição explícita de qual planejamento efetivamente seria executado, e quais seriam os instrumentos utilizados. Uma das possíveis explicações para tais indefinições estava na resistência interna no Partido Comunista a respeito do reformismo proposto por Kruschew. Basicamente, a cúpula stalinista do partido era resistente às mudanças propostas pelo novo líder. Além disso, o caráter extensivo dos planos quinquenais também passou a ser percebido como falhas no modelo. A imposição de metas a serem atingidas pelas fábricas, sem que elas tivessem autonomia relativa para coordenar sua produção, recaía num permanente conflito entre qualidade e quantidade de produtos, resultando numa expressiva queda qualitativa da produção soviética. Os próprios veículos de comunicação do Estado e do PCUS, como o jornal *Pravda*, reconheciam que muitos bens de consumo eram obsoletos se comparados com os do Ocidente (IEUS, 1964; Reis Filho, 1983). Mediante a oferta cada vez maior de produtos de baixa qualidade, acabou por se organizar um “mercado paralelo” de bens de consumo produzidos em outros países, que adentravam o mercado soviético burlando a fiscalização governamental. Essa prática foi bastante recorrente entre as décadas de 1940 e 1970, com grande movimentação ao final dos anos de 1960 (Hobsbawm, 1994).

Não obstante, no XXII Congresso do PCUS, estabeleceu-se uma espécie de plano de longo prazo à indústria, entre 1961 e 1980, cujo foco central era ultrapassar a produção estadunidense em alguns setores estra-

tégicos. A prioridade à indústria pesada seria mantida, perdurando mesmo após a derrubada de Krushev do poder.

Tabela 2 – Planejamento de longo prazo para a indústria

	Aço	Energia elétrica	Petróleo
1960	65,3	292.000	148
1980	250	3.000.000	720
Variação estimada	282,85%	927,4%	386,48%

Nota: Aço e petróleo em milhões de toneladas; energia em milhões de quilowatts-horas.

Fonte: Instituto para o Estudo da União Soviética (1964).

Por fim, do ponto de vista das relações externas, foi durante o governo de Krushev que a União Soviética adotou a “doutrina de coexistência pacífica”, alterando substancialmente a lógica da política externa adotada até então. Silva (2014) aponta que, durante a era Stálin, prevalecia na União Soviética o entendimento de que o mundo vivia na eminência de um novo conflito, que poderia se desencadear entre as nações capitalistas – como foram as Primeira e Segunda Guerra Mundial – e entre as nações capitalistas e socialistas. Todavia, a partir da década de 1950, o novo líder soviético passou a admitir que os dois sistemas poderiam operar conjuntamente, de modo que apostava na retomada das relações diplomáticas com os Estados Unidos.

No geral, a política de coexistência pacífica alcançou resultados opostos aos pretendidos. A eclosão de insurreições populares na Polônia e na Hungria – áreas de influência soviética – e a veemente crítica de países como a Albânia e a China sobre o caráter extremamente conciliador do governo Krushev – especialmente com o imperialismo estadunidense – desgastaram as relações da União Soviética com países aliados. De outro lado, as crises nas quais o bloco esteve envolvido apenas reforçavam conflitos já existentes, em vez de promoverem um ambiente diplomático mais pacífico.

Ademais, foi durante o governo Krushev que ocorreu a Crise dos Mísseis em Cuba, em outubro de 1962, quando mísseis soviéticos foram instalados em Cuba como retaliação à instalação de mísseis estadunidenses na Turquia. Além disso, no mesmo ano, ocorreu a fracassada invasão na Baía dos Porcos, quando contrarrevolucionários cubanos, apoiados

pelos Estados Unidos, tentaram derrubar a Revolução Cubana, que, também em 1961, declarou-se socialista. Há de se destacar, também, a assinatura do Pacto de Varsóvia, em 1955, basicamente em resposta à criação da OTAN pelos países ocidentais e capitalistas. O pacto consistia em uma grande aliança militar do “bloco do leste”, composto basicamente por países socialistas emergentes e a União Soviética, abrindo espaço para o aumento da influência militar soviética em suas zonas de interferência.

Em suma, em seu controverso governo, Nikita Krushev tentou avançar em políticas que alterassem o status quo prevalecente na União Soviética, propondo não apenas reformas políticas dentro do partido, mas também alterações no planejamento econômico e na diplomacia internacional. No entanto, de acordo com Nove (1989), as reformas implementadas por Khrushchev foram desastrosas, em especial por eliminarem as instituições coordenadoras centrais, num momento de discussões e reorientação dos critérios de gestão da política econômica, ou seja, quando se debatia a contraposição entre o uso de indicadores técnicos e o voluntarismo do planejamento na gestão da economia. Evidentemente, as causas do insucesso de seu governo também devem ser creditadas à Guerra Fria, que engessava o planejamento econômico, exigindo a alocação de maciços volumes de investimentos estatais na indústria pesada.

Após o golpe que Krushev sofre em 1964, Leonid Brejnev assume o poder da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mantendo-se no poder até meados da década de 1980.

2. O governo Leonid Brejnev

Se a marca central do governo Krushev foi a introdução de modificação na condução da política externa, o principal elemento do governo seguinte, de Leonid Brejnev, seria a relativa estabilidade no plano político e o início do período de arrefecimento econômico. Apesar disso, é igualmente possível perceber algumas complexidades nessas mesmas áreas. Por isso que, apesar de alguns avanços da União Soviética, os limites e as contradições econômicas ficaram cada vez mais latentes.

Ao contrário do que foi praticado em grande parte no período Krushev, a política externa do novo líder soviético – chamada de “doutrina da soberania limitada” – era mais agressiva e influente (Reis Filho, 2003).

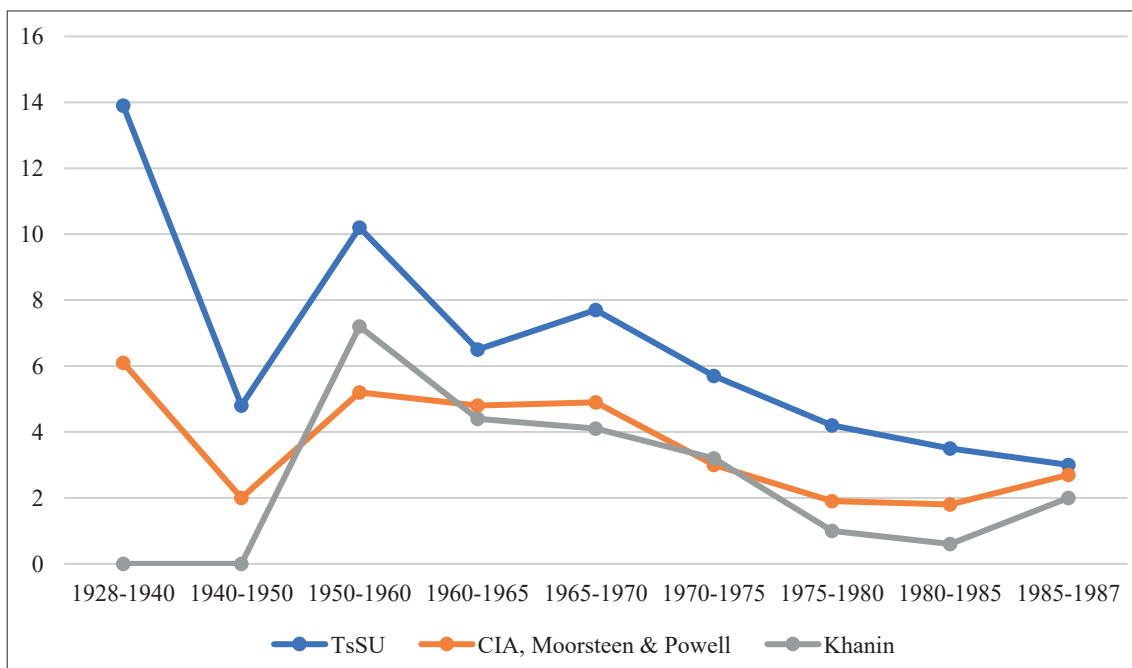
Dessa maneira, Brejnev recolocou os países socialistas e demais aliados próximos à União Soviética e sob sua influência, limitando assim possíveis mudanças radicais nessas nações, como na contenção da Primavera de Praga em 1968, na antiga Tchecoslováquia, e na interferência durante a Revolução Iraniana, de 1979.

A forte ingerência do regime soviético foi mais evidente durante as décadas de 1960 e 1970, período durante o qual diversos países latino-americanos, asiáticos e africanos estavam passando por processos de libertação nacional e, para se oporem à dependência dos países capitalistas centrais, adotavam medidas econômicas centralizadoras, alinhadas às de Moscou, o que os colocava sob sua órbita de influência. Arranjos diplomáticos importantes, como os acordos de limitação nuclear SALT 1 e SALT 2, “atestavam o papel de superpotência [e] conferiam à União Soviética grande poder de dissuasão e segurança contra a ameaça externa” (Rodrigues, 2006, p. 152-153).

Analisando-se o transcurso de todos esses acontecimentos, após a corrida espacial e os grandes avanços diplomáticos, bélicos e nucleares, durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, a União Soviética alcança um patamar bastante respeitável mundialmente. No entanto, as limitações econômicas, que se fortaleciam à medida que a Guerra Fria se estendia ao longo dos anos, colocavam em dúvida o verdadeiro limite da União Soviética no que se refere ao seu desenvolvimento e sua capacidade de se manter como superpotência.

Como pontuado na seção anterior, desde o período Stálin havia um grande descompasso entre a indústria pesada e agricultura, além do baixo progresso da indústria leve, principalmente na produção de bens de consumo. Ademais, a demanda por serviços não estava sendo atendida adequadamente. Estes gargalos seriam alguns dos elementos para explicar a queda do crescimento econômico, especialmente após meados da década de 1950, que é nominado em algumas interpretações como a “era da estagnação” (Reis Filho, 2003; Rodrigues, 2006; Mikhailova, 2011). Os dados do Gráfico 1 permitem perceber a flutuação do crescimento econômico a partir do comportamento da renda média nacional, que decresce até meados da década de 1940 – possivelmente, como reflexo da Segunda Guerra Mundial – e volta a crescer até meados da década de 1950, quando sofre nova queda, que se mantém até meados dos anos 1960.

**Gráfico 1 – Crescimento médio da renda nacional soviética
(em porcentagem)**



Nota: Para Khanin, os períodos 1928-1940 e 1940-1950 são referentes a 1928-1941 e 1941-1950, respectivamente.

Fontes: Harrison (1993).

A partir dos dados do gráfico, podemos indicar que, durante o governo Brejnev, há uma nítida tendência de queda da dinâmica econômica. A variação do investimento teve comportamento similar ao crescimento econômico,⁴ crescendo a taxas de 7,3%, 6,7% e 3,7% nos períodos de 1965-1970, 1970-1975 e 1975-1980, respectivamente (Mikhailova, 2011). A elevação cada vez menor da taxa de investimento indicava redução dos investimentos públicos na economia. No entanto, durante esse período, os países capitalistas centrais também enfrentavam uma onda de desaceleração econômica, dando indícios do fim dos “anos dourados” e do esgotamento do Estado de Bem-Estar Social.

Outros aspectos que permitem compreender de maneira mais clara a desaceleração do período foram os dois choques do petróleo na década de 1970, que promoveram elevação abrupta dos preços do petróleo. De imediato, os choques foram benéficos para a União Soviética, grande pro-

⁴ De acordo com os dados da TsSU – Administração Estatística Central –, que era o principal órgão estatal de elaboração de dados da União Soviética.

dutora mundial de petróleo. Mas, ao mesmo tempo, gerou maior dependência do bloco soviético em relação ao ocidente.

Para a URSS, de uma hora para outra, as exportações de petróleo de antigas e novas jazidas descobertas ajudavam a carrear facilmente bilhões de dólares para dentro do país. Isso fez crescer sua integração econômica e comercial com o Ocidente, mas também sua dependência e exposição às ondas da tecnologia e de mercadorias baratas do mercado mundial. Entre 1970 e 1980, as exportações soviéticas para as economias capitalistas centrais subiram de menos de 19% para 32% [...]. (Rodrigues, 2006, p. 155-156)

A maior entrada de divisas, em decorrência dos choques, permitiu a melhoria do padrão de vida dos soviéticos, por conta do maior volume de importações, principalmente de cereais e bens de consumo.

Apesar das taxas declinantes de crescimento econômico, o final da década de 1970 e início da de 1980 foi o período em que os soviéticos usufruíram o padrão de vida mais alto de sua história. O segredo desse paradoxo foi a crise do petróleo da década de 1970, em que o preço dessa mercadoria foi ao espaço (mais exatamente quadruplicou). A URSS era riquíssima em petróleo e um dos maiores produtores mundiais desta e de outras matérias-primas cujos preços subiram. Outro fator foi que a exportação de armas da URSS, que antes era feita a preços baixos ou subsidiados a movimentos de liberação do Terceiro Mundo ou a países amigos, a partir dos anos 1970 passou a ser feito em dólares e a preços de mercado principalmente para os países árabes novos-ricos. (Segrillo, 2012, p. 236)

No entanto, a aparente melhora no consumo das famílias soviéticas ocultava os limites do próprio modelo econômico em vigência. Após o segundo choque do petróleo, muitos países passaram a investir em fontes de energia alternativas e mais baratas, na tentativa de reduzir a dependência do petróleo. Com essa mudança no cenário internacional, ao longo da década de 1980, a produção petrolífera na União Soviética começou a apresentar quedas graduais (Rieger, 2015). Assim, a queda do preço do

petróleo, a partir dos anos 1980, somada à queda da demanda, à elevação dos custos de produção e à dificuldade de elevação da produtividade, começaram a colocar em xeque a posição da União Soviética como uma potência mundial.

Esse conjunto de acontecimentos seriam responsáveis por dois problemas a serem enfrentados pelo União Soviética ao longo dos anos 1980. Em primeiro lugar, a reprimarização da economia. Com a gradual defasagem qualitativa dos produtos soviéticos em relação aos ocidentais, a União Soviética passa a importar cada vez mais bens de consumo e, como contrapartida, intensifica a produção e exportação de *commodities*, tais como o petróleo e o gás natural. A participação das *commodities* na pauta de exportação da União Soviética para os países ocidentais, na década de 1980, chegou a 90%. Por outro lado, apesar de exportar uma quantidade expressiva de petróleo e derivados – sendo a partir de 1976 a maior produtora de petróleo do mundo – havia custos relevantes envolvidos nesse processo. Mais de 80% das grandes reservas estavam no Extremo Oriente e Sibéria, enquanto 70% da população se concentrava na região europeia da União Soviética. Logo, o deslocamento de máquinas obsoletas, equipamentos e trabalhadores requeria o investimento expressivo de recursos, em um período no qual as taxas de crescimento e investimento estavam caindo.⁵

Em segundo lugar, a difusão do processo de globalização resultava numa maior interação entre países do campo socialista e os países capitalistas, especialmente para a aquisição de produtos não ofertados pela União Soviética. Não obstante, com o choque dos juros em 1980, nações como Polônia e Hungria, além dos países do Terceiro Mundo, que mantinham relações com os soviéticos, endividaram-se com o ocidente, dificultando ainda mais suas interações com a União Soviética, que fornecia a elas produtos de maior valor agregado, como maquinários e armamentos. Além disso, vale lembrar que, especialmente durante o governo Brejnev, a União Soviética passou a sofrer um boicote econômico mais severo, por pressão dos Estados Unidos, principalmente no que se refere ao acesso às divisas internacionais que eram provenientes do petróleo e gás natural (Rodrigues,

⁵ Reis Filho (2003) aponta que, na década de 1980, cerca de 40% da população urbana economicamente ativa possuía ou o segundo grau completo ou o ensino superior completo. Dessa forma, com uma quantidade significativa de trabalhadores qualificados (quase 32 milhões), estes passaram a exigir remunerações mais elevadas, sendo também uma das explicações lógicas na alta dos custos de produção.

2006). É nesse contexto que reformas de caráter liberalizante são implementadas com o objetivo de superar os entraves existentes, em especial os referentes ao setor produtivo. A primeira dessas reformas ocorreu em 1965, e os principais objetivos eram:

1. Ampliação da autonomia e iniciativa das empresas, tanto na elaboração dos planos, quanto na sua execução;
2. Introdução da autonomia financeira integral das empresas e ampliação dos seus direitos nesta base;
3. Reforço e ampliação dos contratos econômicos entre as empresas;
4. estabelecimento do lucro como critério central para determinar a eficiência empresarial (tornando-se, portanto, o principal objetivo da produção das empresas) junto com o reforço de outras 'alavancas econômicas' como o preço, o crédito, os salários, os prêmios, os pagamentos-rendas, etc.;
5. reforço e ampliação dos poderes dos diretores de empresa (inclusive na determinação de cortes de mão de obra visando o aumento da eficiência econômica), com diminuição do número e volume de índices determinados pelas 'instâncias superiores. (Franciscon, 2013, p. 17-18)

O que diferencia essa mudança em relação à realizada no governo anterior é que o nível de liberdade econômica se dava no âmbito microeconômico, ou seja, no nível da empresa, ampliando a autonomia para a gestão interna dos recursos. Com Nikita Krushev, a maior liberdade se dava no âmbito regional, isto é, no tocante às políticas macroeconômicas. Para além dessa reforma, o repasse de porcentagens dos lucros das empresas para instâncias estatais foi substituído por um imposto sobre capital fixo. Essa reforma contribuiu para elevar os recursos próprios das empresas para a tomada de decisões que, se antes eram na magnitude de 20%, passaram a cerca de 35% em 1970 (Mikhailova, 2011).

Segundo Franciscon (2013), a reforma de 1965 acarretou dois problemas. Em primeiro lugar, o aumento da autonomia das empresas e a redução da fiscalização por parte dos órgãos superiores do Estado resultou na formação de uma rede de corrupção, com desvio de insumos e produtos

para o mercado paralelo, que acabou por se firmar como fonte alternativa de rendimento para as empresas. Em segundo lugar, a mesma autonomia permitiu que parte dos lucros – da ordem de 20% – não fosse convertido em novos investimentos, mantendo a dependência das empresas em relação ao sistema bancário soviético.

Por essa razão, na década de 1970 foram propostas duas reformas. A primeira, em 1973, pode ser descrita por dois passos: a criação de associações de empresas, para a fusão das empresas industriais, e a criação de associações industriais ao nível da União, destinadas a substituir as divisões ministeriais encarregadas de controlar as atividades das empresas. Através das associações industriais, teria-se um nível de autoridade intermediário de vinculação com as associações de empresas. Mas o resultado foi abaixo do esperado: no início dos anos 1980, havia poucas associações em relação ao esperado, e a maioria das fusões ocorreu sem que se interrompesse o domínio dos ministérios sobre as empresas (Pomezanz, 2023). A segunda, em 1979, como uma tentativa de superar a desaceleração econômica, a partir da qual os incentivos estatais fornecidos às empresas seriam concedidos não mais a partir do total produzido, mas a partir da contabilização das vendas de cada empresa (Segrillo, 2012). Nesse sentido, haveria uma reformulação interna das fábricas na gestão da produção para que os benefícios fossem resgatados e, dessa forma, estimulá-las a sempre inovarem, já que as formações de estoques não seriam contabilizadas nas metas estipuladas pelo plano quinquenal. No entanto, todas essas mudanças de planejamento econômico deveriam ser realizadas no âmbito dos conglomerados industriais, já que alguns trustes detinham o monopólio da produção de certas mercadorias (Franciscon, 2013; Mikhailova, 2011). Apesar dos esforços, tal reforma não obteve êxito, especialmente por ter enfrentado uma grande resistência interna do PCUS.

Evidentemente, o engessamento e o caráter hierárquico da rede de planejamento econômico eram problemas latentes na União Soviética, que vieram a formar desequilíbrios estruturais em todo o sistema. Esse engessamento, por sua vez, trazia problemas no campo econômico e social. Para Medeiros (2011), haveria três principais elementos ou correntes de interpretação que poderia explicar a desaceleração da União Soviética ao longo da década de 1970: i) o fato da União Soviética ter exaurido suas possibilidades de “crescimento extensivo” ou de “industrialização exten-

siva” vigente nas décadas anteriores, caracterizado pela simples adição de trabalho, matérias-primas e capitais aos processos produtivos existentes; ii) o apontamento de que a transição para um regime de “crescimento intensivo” baseado na produtividade e no investimento nos novos setores da revolução tecnológica demandaria novas políticas, descentralização e incentivos às empresas; e iii) o fato de que o sistema econômico soviético estaria estrangulado pelo fardo militar. Assim, as tentativas de reformulações liberalizantes nos governos Krushev e Brejnev não conseguiam superar as limitações e tampouco elevar as taxas de crescimento, colocando o bloco soviético em uma situação de esgotamento de seu modelo econômico e, inevitavelmente, de formulação de planos.

Leonid Brejnev morreu no ano de 1982, em um momento de decadência econômica da União Soviética e de ampla necessidade de reformas corretas para superar os problemas estruturais. Antes de Gorbachev chegar ao poder, houve a sucessão de dois curtos governos. No primeiro, iniciado em 1967, o líder do partido foi Iuri Andropov, membro do Comitê Central desde 1961 e ex-chefe da KGB (Comitê de Segurança do Estado). Nessa condição, utilizou os serviços da instituição como instrumento de combate à corrupção. De forma adicional, os esforços dirigiram-se também à melhoria da disciplina no trabalho na cidade e no campo, por meio da formação de brigadas, pequenos grupos de agricultores que decidiriam o que produzir e receberiam de acordo com sua produção. O segundo comando foi exercido por Konstantin Chernenko, eleito secretário geral do partido alguns dias após a morte de Andropov, e reconhecido como um dirigente da velha geração representada no Politburo. Com isso, os jovens funcionários anteriormente recomendados por Andropov já tinham influência importante na elaboração e execução da política, o que naturalmente conduziu Gorbachev à secretaria geral do partido após a morte de Chernenko, em março de 1985 (Pomeranz, 2023). É em seu governo que serão promovidas as mudanças mais radicais para tentar preencher as grandes lacunas do modelo soviético de planejamento, tanto no âmbito político quanto no econômico.

3. O governo Mikhail Gorbachev

O período que compreende os anos de 1985 a 1991 foi crucial para

entender de maneira mais contundente a desintegração da União Soviética. Sob o governo de Mikhail Gorbachev, o agravamento de crises generalizadas nas esferas política, econômica e internacional ajudou a concretizar uma complexa realidade dentro do bloco soviético. No entanto, não se pode compreender as crises soviéticas isoladamente, nem tampouco restritas ao socialismo real. A nova reinserção internacional dos países capitalistas, resumida à crise do Estado de bem-estar social e a ascensão do neoliberalismo, também são relevantes para entender o contexto histórico e elaborar justificativas razoáveis que explicam a queda da União Soviética em 1991.

Em linhas gerais, os “anos dourados” do capitalismo, iniciados no pós-II Guerra, estavam chegando ao fim, desaguando para uma crise produtiva e financeira de todo o sistema. Algumas das críticas ensejadas pelos defensores do neoliberalismo estavam centradas em uma suposta presença excessiva do Estado na economia, tecendo argumentos de que processos de privatizações deveriam ocorrer para enxugá-lo e, com isso, as dívidas externas dos países subdesenvolvidos seriam atenuadas e a eficiência econômica seria reestabelecida a partir de uma maior internacionalização e livre mobilidade de capitais. Além das transformações do sistema capitalista como um todo e suas novas características, os sistemas políticos também experimentavam mudanças significativas. As ditaduras militares instaladas na América do Sul passavam por processos acelerados de desgaste, a partir das demandas dos movimentos sociais por maiores liberdades democráticas. No mundo socialista, um cenário bastante parecido se instalou na Polônia, com o crescimento do movimento sindical Solidariedade na década de 1980, que veio a derrubar o regime socialista (Rodrigues, 2006).

De fato, o cenário econômico internacional nas décadas de 1970 e 1980 era de desaceleração. Rangel (1990), a partir de uma abordagem com ciclos de Kondratiev, aponta que, após a Segunda Guerra Mundial, viveu-se um período de expansão do capitalismo – a fase A do ciclo, que vai de 1958 a 1973 – que começa a dar sinais de esgotamento na fase subsequente – a fase B, que vai de 1973 a 1988. Ainda que essa estagnação não tenha sido generalizada, os dados da Tabela 3 nos permitem perceber que também o bloco soviético passou por uma fase de desaceleração no período.

Tabela 3 – Produção industrial (crescimento médio ao ano, em %)

Países	Fase A (1958-1973)	Fase B (1973-1988)
Mundo capitalista	6,3	2,1
COMECON	9,3	4,8
União Soviética	8,5	4,6
Estados Unidos	5,2	2,7

Fonte: Rangel (1990).

Segundo as estatísticas oficiais, durante o período entre 1980 e 1985, a taxa de crescimento da renda nacional soviética foi, em média, 3,5% ao ano. Ademais, a taxa de investimento permaneceu na mesma magnitude do quinquênio 1976-1980, em 3,7% (Mikhailova, 2011). Portanto, as mudanças de política econômica promovidas no governo Brejnev não surtiram os efeitos desejados. Pensava-se que rupturas mais profundas, que afetassem a superestrutura e a infraestrutura, pudessem viabilizar a retomada do crescimento econômico, que certamente já havia atingido seu esgotamento.

Por tais razões, a chegada de Mikhail Gorbachev ao poder em 1985 vinha acompanhada de promessas de mudanças radicais na forma de se solucionar os problemas econômicos e sociais. A própria cúpula do Partido Comunista reconhecia que a situação da União Soviética era alarmante e exigia transformações urgentes. Talvez essa seja a razão central para a escolha de Gorbachev – com perfil político relativamente distinto dos comandantes anteriores – para ocupar o posto de secretário-geral da União Soviética:

Primeiro, a crescente e cada vez mais escancarada corrupção da liderança do Partido Comunista na era Brejnev não podia deixar de indignar o setor do partido que ainda acreditava em sua ideologia, mesmo do modo mais oblíquo. [...] Segundo, as camadas educadas e tecnicamente competentes que mantinham de fato a economia soviética funcionando tinham aguda consciência de que sem uma mudança drástica, na verdade fundamental, ela iria inevitavelmente afundar mais cedo ou mais tarde, não apenas por causa da inata ineficiência e inflexibilidade do sistema, mas porque a fraqueza era agravada pelas demandas de

status de superpotência militar, que não podia ser sustentado em uma economia em declínio. (Hobsbawm, 1994, p. 463-464)

Os grandes problemas econômicos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas podem ser resumidos aos seguintes pontos: *i*) o esgotamento do modelo extensivo de crescimento, que levava em conta somente adição de matérias-primas, força de trabalho e maquinários; *ii*) o grande grau de hierarquização para a tomada de decisões, mesmo com as reformas descentralizantes dos períodos Krushev e Brejnev; *iii*) a incapacidade das reformas microeconômicas empreendidas de ampliar o grau de produtividade das empresas, permitindo o cumprimento das metas estabelecidas; *iv*) a conjuntura da Guerra Fria, que impunha a necessidade de uma alta produção de armas e de um exército consolidado para combater as ameaças externas;⁶ *v*) a baixa difusão tecnológica, para outros setores econômicos, das inovações empreendidas para a indústria pesada, armamentista e espacial, provocando diferenciais de produtividade entre os setores produtivos; *vi*) o processo de reprimarização que se desencadeou durante as décadas de 1970 e 1980, afetando negativamente a balança comercial soviética e provocando uma forte dependência na produção de petróleo e gás; e *vii*) perda de mercados durante o processo de internacionalização do capital produtivo e financeiro.

Nesse cenário, o governo Gorbachev ficou marcado por suas duas principais políticas: a de transparência – a *Glasnot* – e a de reestruturação – a *Perestroika*. Essas políticas, a princípio pensadas para salvar o socialismo na União Soviética, contribuíram para a aceleração do processo de esfacelamento do bloco soviético. Evidentemente, havia mais um conjunto de acontecimentos que floresceram no período e que, correlacionados às políticas de Gorbachev, permitem explicar com maior propriedade o fim da União Soviética.

⁶ Para efeito de comparação, em 1985, 6% do PIB dos Estados Unidos eram compostos de gastos militares enquanto, na União Soviética, essa porcentagem era na magnitude de 13%. Mesmo com o PIB menor, a União Soviética gastava mais em termos absolutos do que os Estados Unidos (Rodrigues, 2006). Os valores desses indicadores estão em dólares.

3.1 *Glasnot*: primeiros avanços

O primeiro lampejo relevante da *Glasnot* aconteceu após 26 de abril de 1986, quando houve a explosão nuclear de Chernobyl, na República Soviética da Ucrânia. Para dar alicerce a nova realidade política que se instalava no bloco soviético, o desastre foi à época bastante divulgado pelo próprio governo. Ademais, o acidente dava maior visibilidade ao mundo acerca da própria infraestrutura e da situação econômica da União Soviética, de modo que “[a] explosão de Chernobyl abalava não só a imagem da União Soviética no mundo, mas também a autoridade do setor mais conservador da burocracia e de seu discurso sobre as conquistas e a força do socialismo, no qual se apoiava.” (Rodrigues, 2006, p. 223). Procurando extrair vantagens políticas do processo, Gorbachev denunciava Chernobyl com a síntese da modernidade problemática e inacabada da União Soviética (Reis Filho, 2003).

Formalmente, a *Glasnost* objetivava ampliar o grau de transparência do governo soviético. Se o incidente nuclear permitiu a maior exposição em nível internacional, medidas internas também foram tomadas, no sentido de tentar ampliar o apoio popular ao novo governo. Por isso, a meta central era tornar o governo não só transparente, mas também aberto para discutir os problemas junto à população. Por isso, pode também ser entendido como um processo de abertura política. Assim, a política deu novas liberdades à população, e também maior abertura aos meios de comunicação. Entre as principais medidas que foram adotadas estão a anistia a presos políticos, o fim oficial do *gulag*, o fim da censura a meios de comunicação, a liberdade para grupos religiosos e o fim do sistema de partido único.

No entanto, o avanço da *Glasnot* era limitado. O governo, tendo como grande exemplo o caso polonês de rebeldia e aclamações calorosas por mudanças, inteligentemente não radicalizou a “transparência”. A princípio, mesmo com os avanços na liberdade de imprensa, inclusive com legislações específicas após o acidente em Chernobyl, o sistema unipartidário ainda permanecia e a política da *Glasnot* era conduzida gradualmente pela burocracia justamente para que, a curto prazo, não houvesse um caos social (Cano, 2000; Rodrigues, 2006).

O acidente nuclear abriu espaços para que medidas econômicas concretas avançassem, haja vista que a tragédia de Chernobyl era a perso-

nificação do atraso que a União Soviética estava enfrentando. De acordo com Reis Filho (2003), a partir de novembro de 1986, o trabalho individual privado, que já existia no mercado informal, foi reconhecido e regulamentado, sendo uma nítida tentativa de dinamizar a economia; seis meses depois, foi aprovado o estatuto autorizando a existência de cooperativas autônomas, que tinha a perspectiva de conferir maior autonomia aos *kolkhozes*. Além de ganharem autonomia, os camponeses das cooperativas também ganharam o direito de cultivar em porções do lote para fins privados, podendo vender e consumir os alimentos e gados.

3.2 A Perestroika e o fim do bloco soviético

Em termos de sua proposta, a Perestroika pode ser compreendida como uma revolução feita a partir da cúpula do partido, portanto pelos seus líderes políticos, com o objetivo de propor uma reforma da organização econômica do socialismo real (Cox, 2005). Formalmente, o termo significa “reconstrução” ou “reestruturação” e, ainda que fosse pensado como a organização de um novo sistema ou, no limite, uma atualização das estruturas e instituições já existentes, para Gorbachev o processo tinha ainda um significado moral, uma vez que poderia alterar toda a lógica histórica da Revolução de 1917 e da construção do socialismo soviético (Brown, 2007). Em resumo, a Perestroika pode ser caracterizada pelo conjunto de medidas econômicas capazes de alavancar um novo processo de desenvolvimento econômico, superando o antigo modelo – uma espécie de construção de uma nova etapa dentro da transição socialista soviética, adaptada às exigências daquele período histórico específico.

A proposta tinha, basicamente, quatro objetivos: promover a transição do desenvolvimento extensivo para o intensivo; alcançar o bem-estar do povo soviético; realizar reformas radicais nos mecanismos econômicos; e democratizar a autogestão das empresas. O primeiro desses objetivos era o mais emergencial, levando em conta a própria conjuntura internacional de transformações econômicas. Entendia-se que a partir de uma ruptura radical para um novo padrão de acumulação, a União Soviética iria retornar às altas taxas de crescimento de décadas anteriores. Como o padrão soviético de crescimento era, resumidamente, proveniente do simples aumento de insumos, mão de obra e maquinários, sem necessariamente haver uma preocupação com a maneira que seriam utilizados,

“[depois] do nono quinquênio (1971-1975), [...] o aumento de recursos começou bruscamente a reduzir-se. O aumento da mão de obra diminuiu em três a quatro vezes porque o país entrou numa baixa demográfica, reflexo da guerra.” (Aganbeguian, 1987, p. 22).

No tocante à elevação do bem-estar da população, era fundamental ao novo governo a diminuição de gastos com a indústria bélica e de defesa nacional, para que o novo padrão de acumulação permitisse a alocação de recursos para outros setores produtivos, especificamente bens de consumo e agricultura. Ademais, setores como saúde, educação e habitação, além da campanha contra o alcoolismo, deveriam ganhar prioridade. No tocante aos dois últimos aspectos, as críticas acentuadas ao caráter hierárquico e burocrático do sistema econômico apontavam para a necessidade de maior grau de autonomia para as empresas gerirem seus recursos, definir preços e salários, livre escolha de fornecedores, entre outros. Também aclamava para uma maior participação dos trabalhadores nos rumos econômicos e políticos.

Os primeiros passos da reestruturação não se distinguiram substancialmente das reformas introduzidas pelos antecessores de Gorbachev, isto é, prezavam pela descentralização econômica nos processos decisórios, aumento na autonomia das empresas e uma maior atenção ao setor de bens de consumo, ligada a um sistema de incentivos e elevação de salários (Visentini, 2017). Em sua primeira fase, a prioridade da Perestroika era dar maior autonomia às empresas, considerando que esta poderia ser uma estratégia tanto para a maior incorporação e propagação de inovações tecnológicas, quanto para a aceleração e concretização do processo de descentralização da tomada de decisões do ponto de vista da produção (Medeiros, 2011). No entanto, o texto não apontava propostas de políticas concretas e legislações específicas. Como não havia clareza nas propostas de mudança, a economia não conseguiu engrenar e os resultados econômicos não foram satisfatórios. A taxa média de crescimento no período de 1985 a 1987 oscilou entre 1,83% e 3%,⁷ mantendo-se inferior a períodos anteriores. Em circunstância dos resultados apontados, a cúpula partidária que havia apoiado a ascensão de Gorbachev começou a

⁷ Sobre as estatísticas citadas: 1,83% foi uma média extraída de Segrillo (2012) e se refere ao Produto Material Líquido (PML); Harrison (1993) apontou uma taxa de 3% no mesmo período, segundo estatísticas oficiais (TsSU).

dividir-se em dois grandes blocos: os reformistas – favoráveis à continuação da *Perestroika* – e os conservadores – críticos a seus resultados e, portanto, favoráveis a seu fim. Diante dessa ruptura dentro do Partido Comunista, restava a Gorbachev a oposição ao bloco conservador, de maneira que as mudanças pretendidas para os anos seguintes fossem levadas adiante.

Como a atividade econômica não deu sinais contundentes de melhoras, o acirramento das disputas internas no Partido Comunista conduziu Gorbachev a uma tentativa de radicalizar a *Perestroika*. Em janeiro de 1988, entrou em vigor uma lei que concedia às empresas total autonomia para fixação de preços, salários, retenção de uma maior parcela do excedente e escolhas de fornecedores. As empresas que não obtivessem lucros teriam que fechar, pois não receberiam auxílio estatal para continuarem em operação. No entanto, criou-se uma onda generalizada de desajustes dentro das empresas, não apenas pela abolição das metas – que dificultavam a gestão de insumos e produtos finais – mas também pela utilização indevida do excedente que, ao contrário de ser reinvestido na empresa, por vezes era utilizado para elevar salários da gerência, promovendo uma especulação de recurso via retenção de estoques (Segrillo, 2012).

A queda do preço internacional do petróleo em 1986 e a menor entrada de divisas na União Soviética prejudicou a implementação desse modelo, da forma como pretendida pela cúpula do partido. Além disso, a União Soviética era dependente da compra de alimentos no comércio internacional, já que sua agricultura sempre enfrentou dificuldades de desenvolvimento. Não obstante, atrelado a este fato, as reformas no campo foram desastrosas: “Em 1988, a colheita de cereais alcançou 195 milhões de toneladas, quase 20% a menos do que em 1978, dez anos antes. [...] O racionamento da carne atingia oito das quinze repúblicas e 26 regiões na Federação Russa.” (Reis Filho, 2003, p. 145-146).

Para Medeiros (2011), dois são os principais aspectos que explicam a derrocada final da União Soviética. Em primeiro lugar, a situação da agricultura, já que os esforços iniciais de modernização agrícola levaram ao aumento do estoque de capital e da oferta agrícola, mas sem decorrente elevação da produtividade, demandando crescentes subsídios às fazendas coletivas e, por isso, constituindo-se o componente de despesa pública de maior crescimento nos anos 1980. Em segundo lugar, a questão do petróleo. A queda do preço do petróleo a partir de 1982 teve um grande im-

pacto, reduzindo a capacidade do bloco de importar, em um momento de crescente necessidade de importação de máquinas e equipamentos. O resultado foi uma crise no balanço de pagamentos no final da década, que não poderia ser respondida por meio de uma grande desvalorização sem desfazer os mecanismos de preços e planejamento preexistentes.

Dado o cenário econômico caótico, algumas manifestações nas repúblicas soviéticas surgiram entre fins de 1986 e início de 1988, especificamente no Cazaquistão, Bálticos, Moldávia, Armênia e Azerbaijão. Ainda que essas eclosões não fossem explicitamente de caráter nacionalista, elas preocupavam as autoridades soviéticas e já indicavam a perda de controle do Partido (Reis Filho, 2003). No plano interno, a cúpula conservadora do Partido contestava cada vez mais as políticas adotadas por Gorbachev. A forma encontrada para articular esses desgastes políticos foi a convocação de uma conferência do Partido Comunista em junho de 1988, no intuito de debater as possíveis saídas plausíveis àquele contexto de crise política e econômica. Sugeriu-se então a eleição que aconteceria em março de 1989, do Congresso dos Deputados do Povo.

Na prática, estava em curso a desvinculação do PCUS com o Estado, que perdia gradualmente as suas ações para ceder lugar a uma estrutura autônoma de poder. Em outras palavras, pode-se dizer que o monopólio do Partido Comunista começava a ser desconstruído (Rodrigues, 2006), o que ficava claro na possibilidade de candidaturas sem vinculação partidária. No entanto, esse arranjo político e institucional em curso na União Soviética conferia maiores poderes ao presidente, Mikhail Gorbachev, de governar por decretos. Mesmo que a maioria dos deputados ainda fosse do PCUS, havia uma bancada no congresso de oposição composta pelas candidaturas independentes, que claramente possuía uma guinada à direita – ou seja, de defesa da adoção do modo de produção capitalista (Segrillo, 2012). Gradualmente, economistas e políticos passavam a defender a completa privatização da economia, influenciados por especialistas estadunidenses e britânicos, cujas opiniões “[...] não se baseavam em algum conhecimento do que de fato se passava na economia soviética.” (Hobsbawm, 1994, p. 477).

Entre meados de 1989 e final de 1990, a maior parte dos países do bloco socialista começou a entrar em crise, especificamente porque seus respectivos sistemas econômicos começaram a entrar em colapso. Entre

esses países, pode-se destacar a Hungria, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia, Albânia e a República Democrática Alemã. O golpe final à União Soviética foi a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, e a nítida orientação dos alemães para a reunificação do país. Mesmo com o cenário socialista internacional altamente desfavorável à União Soviética, Gorbachev ganhava prestígio no Ocidente, com a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão em 1989, dando claros sinais de uma nova política de paz. Em contrapartida, sua reputação interna caía acentuadamente, pois a União Soviética aos poucos perdia seu *status* de superpotência – pela impotência diante da queda do socialismo real europeu – e pela conturbada conjuntura econômica e política.

O desmoronamento dos países socialistas foi um dos elementos fundamentais para fomentar movimentos nacionalistas nas repúblicas soviéticas. Dessa vez, as manifestações já indicavam claros sinais do caráter nacionalista e com apoio direto dos reformistas, no intuito de enfraquecer ainda mais o poder central e, evidentemente, os conservadores. Isso se refletiu no apoio dos reformistas das repúblicas aos movimentos nacionalistas, e nos próprios planos quinquenais que, em 1989, pela primeira vez não foram elaborados (Hobsbawm, 1994). Assim, o quadro geral de desarticulações políticas e econômicas se explicitava cada vez mais ao final da década de 1980, de modo que os acontecimentos que se sucederam criaram condições reais para que a desintegração do bloco soviético se efetivasse.

Já em meados de 1989, algumas repúblicas se arriscaram na declaração de independência:

[...] nos países bálticos, na Ásia central, no Cáucaso, até mesmo na Rússia e nas duas outras nações eslavas (Ucrânia e Bielorrússia), consideradas o núcleo básico de sustentação da União Soviética, os parlamentos nacionais proclamavam a própria soberania em relação ao poder central da União, ou seja, a primazia das leis nacionais sobre as leis soviéticas. [...] Surgiu então, no segundo semestre de 1990, a ideia da formulação de um novo pacto federativo, uma União das Repúblicas Soberanas, em que, sintomaticamente, já não apareciam mais as menções ao socialismo [...]. (Reis Filho, 2003, p. 152)

Com a iminente ameaça de desmoronamento do bloco soviético, ao final de 1990, Gorbachev nomeia para importantes cargos do governo membros do partido ligados à ala conservadora. Nesse cenário, ganhou destaque Boris Yéltsin, ex-membro da PCUS e então líder da ala reformista, que defendia veementemente a restauração do capitalismo na Rússia. Nas eleições diretas para a presidência da República Russa, realizadas em junho de 1991, Yéltsin foi eleito em primeiro turno, o que lhe deu mais forças para combater o socialismo real (Reis Filho, 2003). E, na medida em que a popularidade interna de Gorbachev caía, Yéltsin ganhava mais prestígio entre os soviéticos, sendo o personagem fundamental para a dissolução da União Soviética.

O que se desdobrou após a proposição de um novo pacto federativo foi a formulação do “Tratado da União”, em abril de 1991, que “pretendia preservar a existência de um poder federal central (com um presidente federal eleito diretamente) no comando das Forças Armadas, da política externa, da coordenação da política financeira e das relações econômicas com o resto do mundo.” (Hobsbawm, 1994, p. 478). No entanto, um dia antes do tratado entrar em vigência, houve uma tentativa de golpe liderada pela ala conservadora do partido, que, após afastar Gorbachev, formou o Comitê de Emergência e ocupou o centro de Moscou com tanques. O principal objetivo desse movimento era de evitar a dissolução da União Soviética. Liderando o movimento de contragolpe com amplo apoio externo e da mídia, Yéltsin conseguiu refrear o movimento golpista, que, sem o apoio das demais repúblicas – à exceção do Azerbaijão –, foi desmantelado dois dias depois (Hobsbawm, 1994; Rodrigues, 2006).

Esse acontecimento foi decisivo para que Boris Yéltsin ganhasse mais força política, acelerando o processo de desintegração do bloco e contribuindo para que os processos de independência das repúblicas ocorressem sem a contraposição de grupos que ainda defendiam a manutenção da União Soviética.

Estônia (20 de agosto), Letônia (21 de agosto), Ucrânia (24 de agosto), Bielorrússia (25 de agosto), Moldávia (27 de agosto), Cazaquistão e Quirguistão (28 de agosto), Azerbaijão (30 de agosto), Uzbequistão (31 de agosto), Tadjiquistão (9 de setembro), Armênia (21 de setembro) e Turcomenistão (26 de outubro). (Reis Filho, 2003, p. 154)

Aproveitando-se do momento e estimulando cada vez mais os movimentos separatistas, no início de dezembro Yéltsin, juntamente com os líderes da Ucrânia e Bielorrússia, anunciou a fundação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), com participação de 11 das 15 antigas repúblicas.⁸ Com a União Soviética extinta, mesmo que não formalmente, restou a Mikhail Gorbachev renunciar em 25 de dezembro de 1991, decretando o fim da maior experiência socialista do século XX.

4. Considerações finais

Após a Guerra Civil de 1921 e a completa consolidação da Revolução Russa, o Partido Comunista começou a implementar os esquemas de planejamento econômico na União Soviética, que ganharam forma, de fato, com os Planos Quinquenais de Stálin e que, entre as décadas de 1920 e 1950, transformaram a região em uma potência hegemônica internacional, que passava a disputar territórios e zonas de influência, dos pontos de vista político, econômico e ideológico, com os Estados Unidos. Com a consolidação da União Soviética como potência econômica, o período pós-Stálin enfrentaria o desafio de manter essa posição, com o acirramento das disputas introduzido pela Guerra Fria.

No período de 1953 a 1964, Nikita Krushev atuou na reorganização do aparato estatal e do planejamento econômico, promovendo a redução da máquina partidária e a tentativa de aproximação com os países do bloco capitalista, no plano externo. No entanto, foi na esfera econômica que se empreenderam as principais alterações na lógica do planejamento. Assim, na tentativa de promover a desburocratização, as decisões econômicas, em cada região do bloco soviético, passaram a ser divididas em duas secretarias – indústria e agricultura – com o intuito de dar maior liberdade de decisão a cada região. No entanto, as imposições das disputas da Guerra Fria acabaram por fazer com a indústria pesada ganhasse grande relevância em relação à agricultura, o que incitou grande desequilíbrio setorial, criando dificuldades para o avanço do setor agrícola. Apensar das políticas específicas voltadas à promoção da agricultura, fato é que este setor não conseguiu acompanhar a taxa de crescimento do setor industrial,

⁸ À exceção da Geórgia e dos Países Bálticos.

dando início a uma crise que se desdobraria com importantes reflexos nas décadas seguintes. Fato semelhante acontecia na indústria, já que o foco na indústria pesada criava prejuízos para o avanço da indústria de bens de consumo. Começavam a se desenhar os primeiros problemas no planejamento econômico, que gradualmente se mostrava incapaz de equacionar os conflitos entre as necessidades da sociedade soviética e as demandas no campo industrial introduzidas pelas disputas da Guerra Fria.

Tais questões se acentuariam durante o governo de Leonid Brejnev. O descompasso entre a indústria pesada e a agricultura, o baixo progresso da indústria leve e o inadequado atendimento da demanda por serviços iniciaram um período de redução do crescimento soviético. Os dois choques do petróleo ocorridos ao longo da década de 1970 iriam beneficiar a economia soviética – grande exportadora de petróleo – mas, por outro lado, iriam também aumentar a dependência em relação à importação de cereais e de bens de consumo. Assim, ao aumentar a entrada de divisas pela exportação de petróleo, a economia soviética iniciava uma espécie de processo de reprimarização, com alta dependência da exportação desse produto e a conseqüente necessidade de importação de bens básicos. A alteração do cenário internacional a partir da década de 1980, com a queda do preço do petróleo, em condições de dependência do setor externo para dinamização da economia, colocou em xeque a posição da União Soviética como potência econômica mundial. É nesse contexto que é proposto um conjunto de reformas liberalizantes, no intuito de fornecer maior liberdade econômica de atuação nas empresas. No entanto, a ausência de estímulos e as dificuldades de reinvestimento de lucros fizeram com que tais reformas fossem insuficientes para promover a recuperação da economia.

O governo de Mikhail Gorbachev se inicia em crise econômica, impondo igualmente a necessidade de enfrentamento dos desafios introduzidos pelos novos contornos das relações externas, em decorrência da difusão das políticas neoliberais no campo capitalista. Por isso, sua chegada ao poder veio acompanhada de promessas de mudanças radicais na forma de se solucionar os problemas econômicos e sociais. É a partir desses aspectos que foram introduzidas a *Glasnost* – política de maior transparência sobre os processos políticos e econômicos da União Soviética para o mundo – e a *Perestroika* – cujo objetivo era promover uma transformação radical no planejamento econômico, a partir da transição do desenvolvi-

mento extensivo para o intensivo e da democratização na autogestão das empresas. Formalmente, as duas políticas objetivavam a desconstrução do modelo de planejamento vigente, dada a incapacidade da recuperação econômica com as medidas implementadas ao longo dos dois governos anteriores. Gradualmente, o planejamento passava a ser abandonado, dando lugar a políticas de gestão típicas do modo de produção capitalista. Com a continuidade da crise e a não recuperação do crescimento econômico, gradualmente surgiram movimentos nacionalistas nas repúblicas soviéticas, que resultaram na dissolução do bloco em 1991.

O que se percebe é que, no período pós-Stálin, houve grande dificuldade na formulação e manutenção da lógica do planejamento econômico. De um lado, as disputas da Guerra Fria exigiam vultuosos investimentos na indústria bélica e espacial, o que criou um grave problema de desequilíbrio setorial, dado o descompasso na transferência das tecnologias desenvolvidas para todo o conjunto dos setores produtivos. Em decorrência disso, setores importantes para o funcionamento da economia – como a indústria de bens de consumo e o setor agrícola – foram sucateados, gerando problemas generalizados de abastecimento. De outro lado, os conflitos políticos internos ao Partido Comunista enfraqueceram a base de apoio do governo, abrindo espaço para que figuras como Boris Yéltsin – defensor do fim do bloco soviético – ganhasse representatividade política, contribuindo para a derrocada do bloco soviético.

É evidente que, ao longo dos anos, o modelo de planejamento econômico soviético deveria ser atualizado de acordo com a conjuntura mundial à época, haja vista que o campo socialista estava inserido dentro de um sistema capitalista que passava a ser cada vez mais integrando e internacionalizado, como tentar incorporar as transformações que surgiram com a Terceira Revolução Industrial. Apesar dos problemas econômicos internos, as pressões externas dentro do contexto da Guerra Fria interferiam diretamente nos planejamentos. De toda forma, é inegável que o planejamento soviético permitiu que mudanças estruturais ocorressem não somente em seu território, mas serviu como espelho ao antigo bloco socialista do século passado. Assim, a evidente elevação da complexidade econômica, em decorrência fundamentalmente dos planejamentos de médio prazo e da acumulação do excedente econômico nas mãos do Estado, – cujo objetivo central era garantir a universalidade ao acesso de bens

e serviços produzidos aos soviéticos – melhorou substancialmente a qualidade de vida da população e as características de sua estrutura econômica.

Referências

AGANBEGUIAN, A. G. *A revolução na economia soviética: a Perestroika*. Lisboa: Europa-América, 1988.

BETTELHEIM, C. *Planificação e crescimento acelerado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – Volumes 1 e 2*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

BROWN, A. *Seven days that changed the world – Perestroika in perspective*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

CANO, W. Notas sobre a crise da URSS. *Economia e Sociedade*, v. 9, n. 1, 2000.

COCKSHOTT, W. P.; COTTRELL, A. *Towards a new socialism*. Inglaterra: Spokesman Books, 1993.

COX, R. W. Global Perestroika. In: WILKINSON, R. (Org.). *The Global Governance Reader*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2005.

DUARTE, P. H. E.; MARTINS, F. M. S. De Lênin a Stálin: a consolidação do planejamento econômico na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. *Revista da SEP*, n. 63, 2022.

FRANCISCON, M. W. Mercado e iniciativa privada na União Soviética. *Analecta*, v. 14, n. 1, 2013.

HARRISON, M. Soviet economic growth since 1928: the alternative statistics of G.I. Khanin. *Europe-Asia Studies*, v. 45, n. 1, 1993.

HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

INSTITUTO PARA O ESTUDO DA UNIÃO SOVIÉTICA (IEUS). *URSS 1953-1963: Década Post-Stalinista*. Rio de Janeiro: Presença, 1964.

LAFER, B. M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LANGE, O. *Ensaio sobre planificação econômica*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEDEIROS, C. A. A Economia Política da Transição na Rússia. In: ALVES, A. G. de M. P. (Org.). *Uma longa transição vinte anos de transformações na Rússia*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

MAZZUCHELLI, F. *Os anos de chumbo: economia política internacional no entre guerras*. Campinas: Unesp – Facamp, 2009.

MIGLIOLI, J. *Introdução ao planejamento econômico*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MIKHAILOVA, I. *Sistema planificado na União Soviética: lições históricas e visão atual*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

NOVE, A. *An economic history of URSS*. Londres: Penguin Books, 1989.

POMERANZ, L. *Do socialismo soviético ao capitalismo russo*. Cotia: Ateliê Editorial, 2023.

RANGEL, I. M. O quarto ciclo de Kondratiev. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 10, n. 4, 1990.

REIS FILHO, D. A. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Editoria Unesp, 2003.

REIS FILHO, D. A. *URSS: O socialismo real (1921-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RIEGER, F. C. *A estagnação econômica dos anos 70 e a intervenção soviética no Afeganistão: fatores para a queda da URSS*. Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa (Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa), 2015.

RODRIGUES, R. P. *O colapso da URSS: um estudo das causas*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado em História Econômica da USP), 2006.

SEGRILLO, A. *Os russos*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

SILVA, P. M. B. da. *O papel de Nikita Khrushchev no Complexo Militar e Industrial, no quadro da Guerra Fria*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais), 2014.

SUNY, R. G. *The Soviet experiment: Russia, the USSR, and the successor States*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

VISENTINI, P. *Os paradoxos da Revolução Russa: ascensão e queda do socialismo soviético (1917-1991)*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.